

PROCESSO DE BOLONHA: A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO EUROPEU DE ENSINO SUPERIOR E POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Cíntia Lins ROCHA¹
José VAIDERGORN²

RESUMO: O presente artigo analisa o que se convencionou chamar de Processo de Bolonha, isto é, a implantação de uma política educacional universitária comum aos estados membros da União Européia e outros, que somam atualmente 45 países, com o intuito de construir um espaço de educação superior coerente, compatível e atrativo para seus estudantes e de outros continentes. O Processo está em curso, sendo Portugal o primeiro país a adotá-lo. Há indícios da influência de Bolonha no Brasil, pois em 2008 o Governo Federal divulgou a intenção de desenvolver uma política educacional de natureza supranacional com a criação de quatro universidades públicas federais, comprometidas com a promoção da inclusão social e da integração regional por meio do conhecimento e da cooperação solidária.

PALAVRAS CHAVE: Processo de Bolonha. Universidade Pública. Ensino Superior.

Um breve histórico acerca do Processo de Bolonha

O Processo de Bolonha é parte da implantação de uma política educacional universitária comum aos estados membros da União Européia e outros, que somam atualmente 45 países, com o intuito de construir um espaço de educação superior coerente, compatível e atrativo para seus estudantes e de outros continentes. Baseia-se em uma estrutura de ensino superior em três ciclos: o primeiro, licenciatura, com duração de três anos; o segundo, mestrado, com duração de dois anos; e o terceiro ciclo, doutoramento, com duração de três anos. Algumas áreas terão uma estrutura de estudos diferente, mas esta é a duração mais frequente.

A história do Processo de Bolonha começou com a assinatura da Declaração de Sorbonne, em 1998, neste documento, os ministros responsáveis pelo Ensino Superior na Alemanha, França, Itália e Reino Unido defendiam a coerência e a compatibilização entre os sistemas europeus. A Declaração de Bolonha veio a ser assinada no ano seguinte, por ministros de 29 países, incluindo Portugal, ficando a partir desse momento estabelecida a criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior, até 2010. Foram então definidos como objetivos o aumento da competitividade e mobilidade do Ensino Superior europeu. Desde

¹ Graduanda em Pedagogia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Bolsista do grupo PET-Pedagogia. Araraquara – SP – Brasil. 14800901 - cinrochaweb@gmail.com.

² UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Departamento de Ciências da Educação. Araraquara – SP – Brasil. 14800901 - mehrlicht@superig.com.br.

então que os estados signatários da Declaração vêm mantendo reuniões regulares. A primeira delas, ocorreu em Praga, em 2001. Seguiu-se outra em 2003, em Berlim, onde se reafirmaram os objetivos de Bolonha e a última reunião, teve lugar em Bergen no ano de 2005.

Segundo Lima, Azevedo e Catani (2008), o Processo de Bolonha objetiva harmonizar os sistemas universitários nacionais, de modo a equiparar graus, diplomas, títulos universitários, currículos acadêmicos e adotar programas de formação contínua reconhecíveis por todos os seus Estados membros.

Baseia-se numa estrutura de ensino superior em três ciclos: o primeiro, licenciatura, com duração de três anos; o segundo, mestrado, com duração de dois anos; e o terceiro ciclo, doutoramento, com duração de três anos. Algumas áreas terão uma estrutura de estudos diferente, mas esta é a duração mais frequente.

Atualmente, temos em torno de 45 Estados participantes no Processo de Bolonha são eles: Albânia, Alemanha, Andorra, Antiga República Iugoslava da Macedônia, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estônia, Federação Russa, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Moldávia, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, República Eslovaca, Romênia, Sérvia e Montenegro, Suécia, Suíça, Turquia, Ucrânia e Vaticano.

ECTS - European Credit Accumulation and Transfer System

O sistema europeu de transferência e acumulação de créditos (ECTS - European Credit Accumulation and Transfer System) é um dos principais instrumentos de implementação do Processo de Bolonha.

Este sistema pretende, assim, harmonizar a forma de atribuir os créditos às unidades curriculares (disciplinas) no espaço europeu. Assim, definiu-se que os créditos devem ser atribuídos em função do número total de horas de trabalho que os estudantes têm de efetuar para realizarem uma unidade curricular.

A transformação mais visível trazida por Bolonha é a organização do ensino superior em três ciclos:

- 1º ciclo, correspondente ao grau de Licenciado;
- 2º ciclo, correspondente ao grau de Mestre;
- 3º ciclo, correspondente ao grau de Doutorado.

Em alguns casos, funcionará ainda o modelo de Mestrado Integrado, em que, para reconhecimento pelas Ordens profissionais, os estudantes efetuam uma formação correspondente ao 1º e 2º ciclos, sendo-lhes atribuído, ainda assim, no final do 1º ciclo, um diploma correspondente à Licenciatura.

Como já foi citado, este processo representará uma profunda reforma na vida acadêmica das instituições de ensino superior. Na verdade, as implicações mais profundas do processo de Bolonha assentam na reorientação pedagógica do ensino. Os currículos dos cursos deixarão de ser uma simples justaposição de conhecimentos condensados em disciplinas.

Podemos identificar que uma das grandes mudanças que o Processo de Bolonha trás, é a mobilidade, pois fala-se que a mobilidade transnacional dos alunos, professores e pesquisadores, trás a troca e conhecimento das várias culturas à sociedade europeia em geral beneficiar destes efeitos, porém, o que se pode identificar é a imposição da cultura europeia nas diversas culturas.

A introdução generalizada do sistema de créditos em todos os tipos de formação vai permitir, após regulamentação apropriada, a acumulação destes créditos, facilitando a transferência dos estudantes de um curso para outro, dentro da mesma ou para outras instituições.

Possíveis influências nas universidades brasileiras

Há indícios da influência do Processo de Bolonha no Brasil, pois em 2008 o Governo Federal divulgou a intenção de desenvolver uma política educacional de natureza supranacional com a criação de quatro universidades públicas federais, comprometidas com a promoção da inclusão social e da integração regional por meio do conhecimento e da cooperação solidária. São elas: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), localizada em Foz do Iguaçu (Paraná); Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), sediada em Redenção (Ceará), e a Universidade Federal da Integração da Amazônia Continental (UNIAM), localizada em Santarém (Pará) e por fim, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Em entrevista recente para o Jornal Ciência- SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) publicado dia 18 de Setembro de 2009, Dilvo Ristoff (apud OLIVEIRA; NEDER, 2009), presidente da comissão de Implementação da UFFS, explica que a escolha pela fronteira Sul tem como um dos objetivos combater a “litoralização” da

população. Afirma ainda que a presença de uma bacia leiteira muito forte e que pode beneficiar com os conhecimentos gerados na instituição..

Da mesma forma, a Universidade Federal da Integração da Amazônia (Uniam) -tem como missão principal atender à população daquela região paraense. Mas a posição estratégica do município de Santarém, localizado no meio do caminho entre Belém e Manaus, e o interesse pela integração regional faz com que a instituição amplie sua área de abrangência.

O coordenador da Comissão de Implantação da Uniam, José Seixas Lourenço (apud OLIVEIRA; NEDER, 2009), afirma:

Vamos abrir a possibilidade de atrair estudantes de toda a região. E não só da Amazônia brasileira. Queremos desenvolver um programa de cooperação com a Pan-Amazônia, inicialmente em pesquisa e pós-graduação. Mas estaremos atentos também à possibilidade de aceitar alunos, em nível de graduação, dos países vizinhos. Queremos nos tornar, de fato, uma universidade de integração amazônica.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) propõe um projeto pedagógico inovador e ousado. Não haverá cursos de graduação convencionais; serão todos interdisciplinares, em áreas não oferecidas tradicionalmente e que deem formação inovadora. "Não vamos dar curso nem de Engenharia, nem de Direito, nem de Medicina, mas vamos ensinar as três disciplinas", explica Hélió Trindade, presidente da Comissão de Implantação da Unila. Em vez do curso de Engenharia com suas habilitações - Civil, Mecânica, de Produção etc. -, haverá um curso de Engenharia de Macroinfraestruturas. A formação de Medicina estará no curso de Saúde Coletiva e Preventiva e o curso de História terá foco específico na questão dos direitos humanos.

Já a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab), que será instalada no município de Redenção, no Ceará, tem como fato curioso ser escolhida justamente na primeira cidade brasileira a libertar seus escravos. Metade das vagas na instituição será oferecida para estudantes de países de língua portuguesa, especialmente os africanos. A outra metade deverá atender à região do Maciço do Baturité, composta por 13 municípios sem atendimento de ensino superior público ou privado. "Trata-se de uma região com potencial econômico e cultural muito grande, e estamos trabalhando com o governo do Ceará a implementação de um programa de desenvolvimento regional para esta área. Creio que a universidade terá uma repercussão muito grande", afirma Paulo Speller, coordenador da Comissão de Implantação da Unilab.

No site do MEC (Ministério da Educação), foi publicado no dia 01/06/2009 “*Prorrogadas inscrições para acreditação de cursos nacionais*” (TANCREDI, 2009), tivemos a divulgação do prazo para instituições de educação superior se inscreverem no processo de acreditação de cursos de agronomia e arquitetura para o MERCOSUL:

A acreditação é uma atribuição de selo de qualidade aos cursos, por meio de avaliações, com critérios estabelecidos pelos países participantes - Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia e Venezuela. Este é o primeiro ciclo de acreditação de cursos de graduação dos países do MERCOSUL. [...] O objetivo da acreditação é integrar os países da região [...]. Com a certificação dos cursos, será mais fácil, por exemplo, o intercâmbio de estudantes e professores entre as instituições acreditadas durante a vigência da certificação. (TANCREDI, 2009).

A partir de informações que vem sendo coletadas tanto na imprensa quanto nos dados oficiais e pareceres pode-se então tomar como ponto de partida os mecanismos que compõem o Processo de Bolonha na construção do espaço acadêmico europeu e a sua influência no Brasil e em países membros do MERCOSUL, para posteriormente realizar a análise das políticas de integração latino-americana e brasileira para obter resultados mais conclusos.

Considerações finais

Pode-se identificar que perante a internacionalização crescente do ensino superior ocorrem adaptações para permitir que as universidades se mantenham ou se tornem competitivas. O Processo de Bolonha tem evidenciado a incerteza nas questões relativas à “garantia de qualidade”, que é o mesmo tema presente nas recentes transformações que a educação superior no Brasil vêm experimentando. Abre-se, assim, uma possibilidade de reconhecer as influências de uma decisiva e talvez definitiva “europeização” das universidades latino-americanas e brasileiras, vencendo barreiras e fronteiras, sofrendo mudanças e trazendo à tona tais incertezas.

No caso do Brasil, na sua gênese, a universidade caracterizou-se por um processo de forte influência européia, como explica o trecho a seguir:

O modelo de universidade que foi inicialmente implementado e ainda mantém forte influência no Brasil estabeleceu-se a partir de dois moldes principais: o liberal alemão e o centralizado e autoritário francês, ambos surgidos a partir do início do século XIX. Este último tem como marco os decretos fundadores da Universidade, em 1808, quando passou a se definir

melhor o sentido de classe social no ensino primário (destinado aos pobres) e no secundário, este como preparatório e financiador dos cursos superiores. (VAIDERGORN, 1995, p.27).

Tal influência diluiu-se em parte após a Reforma do Ensino Superior de 1968, por conta do modelo norte-americano de organização acadêmica e científica (que hoje se mostra mais evidente com a avaliação produtivista), mantendo-se, porém, a sua concepção original de ensino, pesquisa e extensão como fundamento.

No parecer sobre a Implementação do Processo de Bolonha (Parecer nº 6/2004), podemos identificar que o processo “apela à urgência de enfrentar as exigências da *competitividade internacional* do sistema de ensino superior” e a Comissão Européia não faz segredo da assumida “rivalidade euro-americana” no que à educação superior e à “economia do conhecimento” se refere (PORTUGAL, 2004).

A Declaração conjunta dos ministros da educação superior européia, assinada em Bolonha (19 de junho de 1999) explicita o intuito de efetivar a atração e competitividade do ensino superior europeu.

Afirma a declaração que os países signatários terão que se fixar no objetivo de aumentar a competitividade no Sistema Europeu do Ensino Superior. De acordo com a declaração, a vitalidade e a eficiência de qualquer civilização podem ser medidas por meio da atração que a sua cultura tem por outros países. Para os signatários, tem-se que garantir que o Sistema Europeu do Ensino Superior adquira um tal grau de atração que seja semelhante às tradições culturais e científicas européias.

Assim, considerando os argumentos da Declaração de Bolonha, caso não seja efetivada nenhuma mudança positiva em relação à influência européia na educação superior brasileira e na dos países membros do MERCOSUL, as suas universidades poderão perder seu papel social, deixarão de cumprir sua finalidade básica (fundamentada na tríade ensino, pesquisa e extensão), e se renderão ao objetivo submisso da globalização, pois a educação é um dos pilares que possibilita uma inserção mais vantajosa do país no mercado mundial.

THE BOLOGNA PROCESS AND ITS INFLUENCE IN HIGHER EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT: *This article examines the so-called Bologna Process, the establishment of a university education policy common to member states of the European Union and others, which now amounts to 45 countries, in order to build an area of higher education consistent, compatible and attractive to its students and other continents. The process is ongoing, with*

Portugal the first country to adopt it. There is evidence of the influence of Bologna in Brazil, because in 2008 the Federal Government announced the intention to develop an educational policy of supranational with the creation of four federal public universities, committed to promoting social inclusion and regional integration through knowledge and partnership.

KEYWORDS: *Bologna Process. Public university. Higher education.*

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO de Bolonha. Disponível em:

<http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Declaração_de_Bolonha.pdf 1999>. Acesso em: 22 maio 2009.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N. de; CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**, Campinas, v.13, n.1, p.7-36, mar. 2008.

OLIVEIRA, D.; NEDER, V. Novas universidades federais buscam integração regional com foco nas vocações e demandas locais: por meio de projetos pedagógicos inovadores, que consideram as vocações e demandas locais, as quatro universidades federais a serem implementadas em 2010 buscam promover a integração dentro e fora do país. **Jornal da Ciência**, Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 2009. Disponível em:

<<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=66105>>. Acesso em: 21 set. 2009.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Parecer nº6/2004. Implementação do Processo de Bolonha parecer do Conselho Nacional de Educação. **Diário da República**, Portugal, n.200, 25 ago. 2004. Disponível em:

<http://www.cnedu.pt/files/cnepareceresmodule/Parecer_6_2004.pdf?phpMyAdmin=nWb0ZYNY47nSvifA8BSCc4NedFa>. Acesso em: 20 ago. 2009.

TANCREDI, L. Prorrogadas inscrições para acreditação de cursos nacionais. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Notícias:** educação superior. Brasília, 01 jun. 2009.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13626:prorrogadas-inscricoes-para-certificacao-de-cursos-nacionais&catid=212&Itemid=86>. Acesso em 20 de maio/2009.

VAIDERGORN, J. **As seis irmãs:** as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras - Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo - 1957 – 1964: alguns subsídios interpretativos para o estudo do ensino superior do Estado de São Paulo. 1995. 213f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Decreto nº 6.096, 24 abr.2007. Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais-REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25. abr. 2007.

ERICHSEN, H.-U. Tendências européias na graduação e na garantia da qualidade. **Sociologias**, Porto Alegre, n.17, p.22-49, jun. 2007.

MORGADO, J. C. O processo de Bolonha e Ensino Superior num mundo globalizado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.30, n.106, p.37-62, jan./abr. 2009.

PROGRAMA ESCALA ESTUDANTIL. Antecedentes. Disponível em:
<http://www2.grupomontevideo.edu.uy/escala/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=35&Itemid=34&lang=es>. Acesso em: 20 maio 2009.

VAIDERGORN, J. Uma perspectiva da globalização na universidade brasileira. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.21, n.55, nov. 2001.